

INTERVENÇÕES DO GOVERNO NO MERCADO DO LEITE: OS ENGANOS E AS ILUSÕES

Sebastião Teixeira Gomes¹

Há quarenta e cinco anos o Governo interfere diretamente no mercado do leite, controlando os preços do produtor ao consumidor. Essa interferência não solucionou nem os problemas da produção, visto que o País continua sendo importador de derivados do leite, nem de consumo, porque o consumo per capita do brasileiro é a metade do que recomenda os organismos internacionais de alimentação humana.

A administração de uma política de preço do leite sempre preocupada com o índice de inflação, colocou o setor leiteiro numa verdadeira armadilha, onde o preço recebido pelo produtor é baixo em relação ao custo de produção e, o custo de produção é alto porque é baixa a produtividade em razão dos baixos preços (não sobra poupanças para investimentos em tecnologias). Em outras palavras, a administração desastrosa do preço do leite colocou a pecuária num verdadeiro ciclo vicioso.

Para caracterizar a administração da política do preço do leite no Brasil são apresentados, a seguir, alguns registros: a) Ao longo de todo o período de controle, com pequenas exceções, o preço recebido pelo produtor foi suficiente apenas para cobrir os custos variáveis (em geral implicam em desembolso do produtor), não remunerando integralmente os custos fixos (tais como depreciação de benfeitorias, máquinas, animais adultos e de pastagens). Isso levou a um contínuo processo de empobrecimento do produtor e a elevação dos custos de produção, decorrente da perda de fertilidade do solo; b) Nos últimos três anos o preço do leite do período das águas foi maior que o da seca. A combinação desse absurdo com a ausência da cota privilegia aos produtores safristas e penaliza os autênticos produtores de leite; c) Em 1989 o Brasil importou 105 mil toneladas de leite em pó para completar o abastecimento do País. Isso não é nenhuma novidade porque o País importou, sistematicamente, durante todos os anos da década de 80. A

¹ Professor da UFV e consultor da EMBRAPA/CNPGL. Escrito em 12/10/90.

estranheza está no gasto adicional de 45 milhões de dólares para fazer a equivalência de preço. Isto é, importar o leite em pó caro (em média 2.697 dólares/tonelada) e vendê-lo barato, para ser compatível com o preço do leite produzido no Brasil; d) o quarto e último registro diz: respeito ao programa social que distribui, gratuitamente, leite para crianças carentes. O que acontece atualmente é que o Governo revogou a portaria de controle de preço, mas continua administrando-o, pelo pagamento do "ticket" do leite ao preço que ele determina, e não ao preço do mercado. Como o programa distribui 33% de todo o leite pasteurizado do País, na prática o Governo continua a controlar o preço do leite.

A sucessão de enganos na administração da política do preço do leite fez com que muitos pesquisadores, extensionistas, industriais e até mesmo produtores preferissem a saída do Governo do mercado do leite. Acreditam que a famosa "mão invisível" do mercado conduzirá, com sabedoria, o setor leiteiro para dias melhores.

Não há como contestar que os erros cometidos foram muitos. Entretanto, não se pode daí concluir que o Governo é prescindível a atividade leiteira, ou até mesmo ao mercado do leite. Mesmo porque isto não acontece em parte alguma do mundo, o que dá para desconfiar do solução "a brasileira".

É ilusório imaginar que a simples saída do Governo do mercado do leite representa a cura de todos os males da pecuária nacional. O apoio do Governo é imprescindível para transformar uma pecuária de baixa produtividade e descapitalizada, numa atividade eficiente e competitiva em termos internacionais.

Para viabilizar a modernização da atividade leiteira é necessário garantir ao produtor que há grande chance de retorno do capital investido. E nessa empreitada a participação do Governo é essencial. A pecuária é uma atividade que exige longa maturação do capital investido e isso pode ser traduzido em maior risco de perda do investimento.

Nesse contexto o instrumento de política agrícola que pode ser eficiente é o preço mínimo de garantia ao produtor. No caso do leite o preço mínimo seria operacionalizado com a interveniência das cooperativas e indústrias de laticínio e, através do leite em pó. Ao produtor a garantia seria oferecida em valor equivalente a litros de leite.

É importante deixar claro que a política de preço mínimo não tem nada a ver com o que foi praticado nas últimas quatro décadas. O que se propõe é que o Governo participe de

uma garantia de preço futuro do leite, a semelhança com o que já ocorre com diversos produtos da agricultura brasileira. É recomendável que a garantia de preço mínimo seja pluviannual, com a previsão de preços mensais, cubra apenas o leite cota e, o preço da época da seca seja bem maior que o das águas. Aí sim estariam estabelecidas as reais condições para a modernização da atividade leiteira.